



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

### **GT10 Informação e Memória**

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

## **O PATRIMÔNIO COMO DETERMINAÇÃO DA MEMÓRIA: OS BASTIDORES DA DINÂMICA PROCESSUAL DO TOMBAMENTO DA CASA DO PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAES**

**Maira Cristina Grigoletto**

Universidade Estadual Paulista

**Eduardo Ismael Murguia**

Universidade Estadual Paulista

**Resumo:** Esta comunicação trata sobre a importância da exteriorização e materialização da memória para sua preservação institucional, uma vez que só é possível a preservação de suportes de memória, de elementos tangíveis. No campo da Historiografia, Filosofia e Sociologia, muitas são as discussões frente ao estabelecimento de “lugares de memória”, entre elas a inevitável necessidade de exteriorização e materialização da memória em suportes para sua efetiva preservação. Neste sentido, o presente trabalho focaliza na constituição de “lugares de memória” frente a ações institucionais direcionadas ao reconhecimento e transformação de memórias sociais em memória coletiva/nacional. Nosso objetivo principal é a verificação dos processos e dos percursos que possibilitaram a organização de memórias e a seleção de lugares como sustentáculos para preservação e identificação de uma memória nacional. Para isso, apresentaremos algumas visões e contextualizações sobre as noções de memória (individual, social, coletiva/nacional) e “lugares de memória”; as relações entre memória e informação, memória e história e memória e esquecimento. Por fim, analisaremos duas ações direcionadas à transformação da antiga residência de Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil do Brasil, em “lugar de memória”. Assim, com a escolha desse caminho pudemos perceber a necessidade de habilidades e competências para olharmos e tratarmos os elementos de cultura, caso o intuito seja garantir ações que reconheçam e inter-relacionem as vontades de memória com os objetos selecionados para serem seus suportes. Concluímos, então, que um “lugar de memória” é fruto da vontade de memória e decorrência de ações, muitas vezes, autoritárias. No entanto, mesmo sendo resultado de enquadramentos categóricos, da exteriorização e transformação da memória individual poderá abrir precedentes para que novos espaços e ambientes diversificados de vivências, memórias e (re) significações emirjam.

**Palavras-chave:** Memória e Informação. Lugares de Memória. Processos Documentários. Presidente Prudente de Moraes.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

### **Introdução**

Esta comunicação apresenta de que forma a constituição de “lugares de memória” por meio de processos documentais de tombamento, identifica, seleciona, enquadra e preserva determinadas memórias e itens de informação. A questão central é mostrar de que maneira os órgãos preservacionistas estatais se apropriam de memórias e registram informações durante o procedimento de elaboração desse *corpus* documental, no intuito de construir as bases necessárias para justificar as vinculações e atribuições de valores aos bens materiais e imateriais; foco de suas deliberações.

Assim, atentaremos para a inscrição da informação em seus processos de formação institucional e de produção documental, através das ideias e informações identificadas, recuperadas ou construídas, que se formam e circulam no contexto da memória social (THIESEN, 2009). Como apresenta Vera Dodebei, o patrimônio não deve ser apreendido apenas como um objeto, mas como um valor agregado de informações sobre o objeto (DODEBEI, 2006).

Segundo Ricardo Medeiros Pimenta são os “usos políticos do passado” e sua instrumentalização, logicamente, que viabilizam as práticas de controle da memória, então, coletivizadas pelas instituições. Estas acabam por escolher qual será a informação, o conhecimento a ser guardado e qual será a experiência de passado que atenderá aos interesses comuns (PIMENTA, 2009, p.128).

Para Pierre Nora a memória é a vida, o sagrado, o eterno presente e a história, a reconstrução sempre problemática e incompleta, a representação do passado. “Tudo o que chamamos hoje de memória não é, portanto, memória, mas já é história”, afirma o historiador francês (NORA, 1993, p.8-9).

Ulpiano Bezerra de Meneses diz que “é impossível falar de memória como se memória fosse um dado que tivesse significação em si, abstrata, sem história. Só é possível falar de memória quando se leva em conta que ela também tem uma história”. Como anunciado pelo historiador, o conteúdo da memória implica o passado, sim, “porque a inteligibilidade das transformações da vida precisa do passado para ser identificada e entendida”. Em outras palavras, podemos dizer que o tempo da memória é o presente, ela



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

se constrói no presente, responde às necessidades do presente, tem seus usos atribuídos no presente, mas necessita do passado como referencial (MENESES, 2007, p. 18 e 33). Para Dodebei, a memória se constitui a partir do presente, por uma tensão entre duas ações: lembrar e esquecer, e estará sempre dialogando com os objetos que recortamos para analisar a condição do conhecimento na contemporaneidade (DODEBEI, 2009).

Nora coloca também que “se ainda habitássemos a nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8). O que deve ficar claro é que Nora, tratou a mudança de ambientes de memória para os “lugares de memória”, como já analisou Meneses. Ou seja, considerou a transformação progressiva entre a memória presente nas sociedades anteriores à contemporaneidade – memória espontânea, viva, realizada, experiência internalizada – para uma memória que se dá fora das pessoas, fora da experiência individual e interiorizada (MENESES, 2007, p. 31).

Jacy Seixas afirma que “é porque habitamos ainda nossa memória - tão descontínua e fragmentada quanto o são as experiências da modernidade - e não porque estejamos dela exilados, que lhe consagramos lugares cada vez mais numerosos e, frequentemente, inusitados (ao menos ao olhar sempre armado da história)” (SEIXAS, 2001, p. 44).

Essa colocação mostra-nos uma das tantas problemáticas colocadas frente à análise da memória e dos “lugares de memória” e perante a qual faremos um breve comentário dentro de um dos pontos que nos interessa para esta comunicação: a questão da importância da exteriorização e da materialização da memória para sua preservação institucional em diversos suportes.

Sob o nosso ponto de vista, as questões tratadas por Nora não estão nas experiências, na memória dos indivíduos – construção contemporânea -, mas nas novas formas que estas evidências, que as memórias e experiências, assumiram mediante um processo de exteriorização. Enfim, como estas memórias e experiências tomaram forma e tornaram-se veículos inteligíveis, perceptíveis e comunicáveis na contemporaneidade. Nora não desconsidera, portanto, a existência de uma memória individual e de diferentes e novas formas de experiências humanas na modernidade, mas mostra que, sobretudo, a partir do século XVIII, não é mais possível pensarmos a memória da mesma forma como



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

era concebida nos séculos anteriores – espontânea e experiência internalizada. Isto não quer dizer que ela não exista individual e internamente, mas que se configurou de outra maneira, bem como o seu reconhecimento.

Já o historiador brasileiro ainda pontua que “a memória ‘viva’ não desapareceu, assumiu outras possibilidades que vão além dos “lugares de memória”. Para o autor, a memória individual também existe, mas essa memória é inacessível, ou se socializa – e só quando se socializa -, é que ela pode aparecer (MENESES, 2007, p. 31). Para Dodebei e Gouveia, “as memórias auxiliares funcionariam como compensação a dinâmica da memória individual que não pode abrir mão do esquecimento. De uma memória apenas individual, passamos a nos valer de uma memória coletiva enriquecida com pontos de vista diversos sobre um mesmo fato social” (DODEBEI; GOUVEIA, 2008).

Seixas, de certo, aborda e considera essas possibilidades ou mesmo os novos ambientes de memória. Ou seja, tenta se afastar da proposta de Nora (1993) sobre a necessária exteriorização da memória e, principalmente, da ideia de uma “memória sintetizada em plataformas precisas e limitadas” (os “lugares de memória”), como defende Meneses (2007, p. 31). Seixas entende, em um primeiro momento, a memória em seu contexto dinâmico de relação e inter-relações que não são necessariamente exteriorizadas, localizáveis, permanentes ou preserváveis, mas sim, elementos ou manifestações individuais e intangíveis. Já em segundo momento, no entanto, ao tentar alocar esses diversos ambientes de memória, retorna aos “lugares de memória”. A justificativa de que eles possam ser inúmeros e inusitados não os afasta da inevitável necessidade de exteriorização e deslocamento da memória do indivíduo para o meio externo ou para um suporte, para outros meios de memória. Ou seja, de qualquer forma, o indivíduo deixará de habitar a sua memória.

Meneses resolveria esta questão dizendo que “a memória é um processo que depende, sim, de suportes objetivos, porém não se confunde com eles” (MENESES, 2007, p. 31). Para Ferreira e Amaral, a memória não pode existir sem um suporte técnico, o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição. Segundo os autores, a memória não é possível sem artifícios como a linguagem, a escrita; suportes que não são apenas meios de



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

conservação, mas a própria condição de sua elaboração (FERREIRA; AMARAL, 2004, p. 138 *apud* Carelli; Monteiro; Pickler, 2008).

Isso não exclui a possibilidade de outras formas de transmissão, comunicação e permanência de lembranças. O fato que é que a partir do momento em que há qualquer tipo de exteriorização de memória, passamos para o campo social, para a socialização e emergência de memória em um espaço de relações específico. O que não garante, em primeiro momento, uma sistematização, uma operação, um tratamento e um esforço de organização para transformação dessa memória em elemento de coesão. Segundo Maurice Halbwachs, a memória somente pode ser entendida a partir das condições preexistentes na sociedade, para que determinadas lembranças possam estabelecer a coesão social (HALBWACHS *apud* Meneses, 2007, p. 18).

O ponto que nos interessa discutir é o processo, que são os percursos dessa memória social, ou das diversas memórias socializadas e coletivas, e a sua utilização e transformação em memória oficial, na sua forma mais legítima, mais completa de uma memória coletiva: a memória nacional.<sup>1</sup> Para análise desse processo, é necessário reconhecermos os pontos de referência, os indicadores empíricos da memória de um determinado grupo, os elementos que garantem credibilidade, aceitação e organização da memória para sua constituição como memória oficial/nacional. Sendo assim, não é possível nos afastarmos das intenções por trás desse processo, eminentemente político: das negociações e acordos realizados para conciliar as memórias individuais, sociais e coletivas aos discursos políticos, os ditos e não-ditos, o pano de fundo de referências comuns, assim como o intenso trabalho de organização que possa superar uma simples montagem ideológica ou categórica, e dar legalidade e legitimidade à instituição e eleição de uma memória nacional. Enfim, devemos considerar os agentes, os atores que intervêm nesse processo de seleção de memórias e as definem como elementos essenciais para

---

<sup>1</sup> É importante pontuarmos que não existe uma memória nacional. Pelo contrário, a memória é um discurso ou um discurso dentro de um dispositivo, criado para sustentar o nacionalismo ou a ideia de nação. A nação se sustenta na apropriação de uma das memórias para criar um sentimento de identidade. No entanto, quando pensamos e trabalhamos com as formas de apropriação dessas memórias atentando para finalidade de construção de uma identidade nacional, podemos recorrer ao pensamento de Pollak (1989, p. 8) que relaciona a memória oficial à ideia de memória nacional.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

preservação e, principalmente, a maneira como esses profissionais as relacionam ou as encontram nos pontos de referência, nos lugares que são eleitos e transformados em “lugares de memória”, na acepção de Michael Pollak (1989, p. 3-9).

A discussão desses autores nos coloca diante de questões que geralmente suscitam conflitos quando tratamos da *memória* como tema central, de constituição e preservação de “lugares de memória”. Particularmente, nosso enfoque está voltado para a memória exteriorizada, para memória social e sua transformação em memória coletiva/nacional através da seleção e institucionalização desses “lugares de memória”.

### **A memória e a representação da memória: a questão dos lugares**

Celui qui regarde du dehors à travers une fenêtre ouverte, ne voit jamais autant de choses que celui qui regarde une fenêtre fermée. Il n'est pas d'objet plus profond, plus mystérieux, plus fécond, plus ténébreux, plus éblouissant qu'une fenêtre éclairée d'une chandelle. Ce qu'on peut voir au soleil est toujours moins intéressant que ce qui se passe derrière une vitre (Les Fenêtres - Charles Baudelaire, 1869).<sup>2</sup>

A memória é um mecanismo de esquecimento programado. O museu, muitas vezes chamado de casa da memória, poderia igualmente ser chamado de casa do esquecimento, “pois o que está fora dele é muito mais numeroso que o que está dentro” (MENESES 2007, p. 23). Isso porque, entre tantas coisas, como apresenta Aldo Barreto as instituições de memória, de estoques de informação, podem operar o esquecimento e através de mecanismos de administração, tentar diminuir os estoques excedentes, reformatar ou fragmentar a estrutura da memória (BARRETO, 2000).

O trecho do poema de Baudelaire ajuda-nos a refletir sobre essa variedade de elementos observáveis à distância, características que podem ser encantadoras e

---

<sup>2</sup> Quem olha de fora através de uma janela aberta nunca vê tanta coisa quanto àquele que olha uma janela fechada. Não há nada mais profundo, mais misterioso, mais fecundo, mais sombrio, mais deslumbrante que uma janela iluminada por uma vela. O que podemos ver é sempre menos interessante do que o que se passa por trás de uma vidraça (Baudelaire, 1869).



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

fecundas não somente pelo que é iluminado e colocado ao nosso alcance, mas pelo que ficou à sombra, à margem. Pelo mistério que o não-visto provoca, pela sensação de que é possível elaborarmos várias relações entre o visto e não-visto, entre elementos que conhecemos e os que poderemos conhecer.

Segundo Michael Certeau, “é o silêncio dessas coisas colocadas à distância, por trás da vidraça que, de longe, faz nossas memórias falarem ou tira da sombra o sonho de nossos segredos”. O autor pontua que a memória, de fato, é o antimuseu, ela não é localizável, mas dela saem boatos nas lendas. A lembrança, nesse sentido, seria apenas uma emergência que ocorre em determinados momentos para que as histórias sem palavras possam despertar. Para o autor, é interessante o fato dos lugares vividos serem como presenças de ausências, pois eles sempre designam o que não existe mais, são demonstrativos do que não é mais. Todavia, esses lugares só existem se frequentados por espíritos múltiplos, ali escondidos no silêncio, e que se pode “evocar” ou não (CERTEAU, 1994, p. 189 e 195).

Como apresenta Gilles Deleuze,

[...] as visibilidades, por sua vez, por mais que se esforcem para não se ocultarem, não são imediatamente vistas ou visíveis. Elas são até mesmo invisíveis enquanto permanecermos nos objetos, nas coisas ou nas qualidades sensíveis, sem nos alçarmos até a condição que as abre. E as coisas se fecham de novo, as visibilidades se esfumam ou se confundem, a tal ponto que as “evidências” se tornam incompreensíveis a uma outra época (DELEUZE, 2005, p. 66).

Os espaços iluminados, os não-lugares transformados em “lugares de memória”, as visibilidades construídas e que atendem às necessidades e a vontade de memória de determinadas temporalidades e sociedades. O discurso construído que desperta lembranças, que evoca, mediante as condições e possibilidades de compreensão e recepção de cada época, os múltiplos espíritos ainda escondidos no silêncio. No processo de modernização e aceleração das atividades cotidianas, criamos não-lugares e, inversamente, a necessidade de “lugares de memória” para atender a constante busca de



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

um lugar próprio, de um lugar de identificação. Nesse processo, talvez só permaneça invisível e não transformada a “gruta da casa, durante algum tempo ainda porosa a lendas, ainda penetrada por sombras” (CERTEAU, 1994, p. 187).

Várias foram as mudanças de percepção sobre os objetos e as coisas ao nosso redor. Os lugares usuais de nossa memória nacional, que por muito tempo foram objetos descartados pelos historiadores, passaram a receber novas observações. Para Nora, esses referenciais aparecem novamente “na soleira da casa natal, a velha morada nua, irreconhecível. Com os mesmos móveis de família, mas sob uma nova luz. Diante da mesma oficina, mas para uma outra obra. Na mesma peça, mas para um outro papel” (NORA, 1993, p. 21).

Essa recorrência à casa natal é muito interessante como referencial não somente para a construção de uma memória nacional, mas sobretudo como um espaço que, de certa forma, habita a mente de muitos entre nós, seja na tentativa de evocar lembranças ou acionar mecanismos de esquecimento.

A antiga casa de Prudente de Moraes, enquadrada como *casa natal* pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), será o foco de nossas considerações, uma vez que foi eleita “lugar de memória” por dois motivos principais: primeiro pela sua transformação em sede do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes” em 1957 e, segundo, pela sua patrimonialização pelos órgãos preservacionistas federal, estadual e municipal, ocorrido tanto tempo depois. Nossa proposta é, portanto, apresentar alguns dos elementos que serviram como base para o reconhecimento desse bem como suporte de uma memória oficial (estadual e nacional). Para tanto, analisaremos os ditos e não-ditos, as visibilidades e invisibilidades que permearam essa patrimonialização; as memórias e características que, de fato, em cada uma dessas formas de reconhecimento serviram como base para garantir a legalidade e credibilidade dessas ações, bem como a tentativa de sustentar o discurso de garantir à nação o direito à memória, mesmo que seja uma memória pré-determinada.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

### **Casa Prudente de Moraes: a questão processual do patrimônio**

[...] estou a contar os dias que faltam para chegar a 15 de novembro, com a mesma ansiedade com que os escravos esperavam o seu 13 de maio [...] quero ver-me em minha casa [...]

PRUDENTE DE MORAES (s/d) apud ELIAS NETO, 2002.

A casa que Prudente de Moraes almejava que voltasse a ser seu lar, ao final do mandato cumprido como Presidente da República é o atual museu fundado em sua homenagem. O prédio, tombado pelas três instâncias preservacionistas competentes - IPHAN, CONDEPHAAT e CODEPAC<sup>3</sup> -, foi adquirido, em 1869, ainda em construção, pela quantia de três contos de réis – além do imóvel, o terreno em anexo e materiais de construção. A propriedade era parte da herança que sua mãe, Catarina Maria de Moraes, havia deixado para os seus irmãos Manuel de Moraes Barros, Fernando José de Moraes Barros, Joaquim de Moraes Barros e para o genro Antônio Mecias Franco.

Nessa residência, Prudente de Moraes tinha contato com algumas de suas grandes paixões: seu quintal, pomar e jardim. Aos finais da tarde, era nesse recinto de vivência familiar e profissional – o escritório onde advogava estava instalado em chalé anexo à residência – que recebia visitas das crianças da vizinhança, que iam em busca das famosas jabuticabas do Dr. Prudente. A casa que foi construída por Prudente de Moraes e na qual nasceram e foram criados todos os seus filhos tinha: quintal com gramado, plantas ornamentais, pomar com várias árvores frutíferas - cerca de 40 jabuticabeiras -, pasto com vacas e cabras. O portão que dava acesso ao pomar era fechado e a chave guardada do alcance das crianças que só poderiam entrar quando em companhia de adultos.

---

<sup>3</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - órgão federal), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT – órgão estadual) e Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (CODEPAC – órgão municipal).



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

Em documentação manuscrita, seu filho Antônio de Moraes fez considerações sobre a casa onde moravam. A narração é sobre um acontecimento de sua infância.

Um dia, quando tinha de seis para sete anos, e ainda como roupa apenas vestia um camisolão, estavam as jabuticabas já maduras, mas ainda não havia permissão para colhê-las; não podendo mais resistir ao desejo, saltei a alta cerca e estava no alto de uma jabuticabeira a deliciar-me com as magníficas frutas, quando ouvi passos, aparecendo em baixo da árvore ordenando-me que descesse, porque as frutas ainda estavam verdes; eu disse que elas já estavam maduras e muito doces; então ele disse-me, espere que eu vou pegar uma vara e faço você descer daí e afastou-se. Logo que ele saiu de baixo da árvore, desci ao chão e corri até o portão, como este estivesse fechado a chave, galguei a alta cerca de guarantã e saltei para o quintal, mas ao saltar meu camisolão foi preso por uma farpa e abriu-se de cima a baixo.

Mesmo com o camisolão aberto, atravessei a casa correndo e fui parar em casa do Sr. Candido Borges, pai do meu companheiro de colégio – hoje advogado nesta Capital Dr. José Corrêa Borges, onde fiquei até a noite, voltando para casa depois que meu Pai já se achava em seu escritório, cuja porta dava para um pequeno hall ao topo da escada de entrada. Passei pela frente da porta sem fazer barulho, abri com muito cuidado a porta do corredor que dava para a sala de jantar e entrei no meu quarto, enfiando-me na cama; quando eu havia me acomodado, deitado debaixo das cobertas e fingia dormir, meu Pai entrou no meu quarto, endireitou as cobertas, passou a mão pela minha cabeça e retirou-se. Com este procedimento deu prova de grande bondade de coração, afastando-se do pé de jabuticaba no qual eu estava empoleirado, a fim de me deixar descer e fugir e fingindo acreditar depois que eu estava dormindo.

No dia seguinte continuou a me tratar como se nada tivesse havido na véspera (Antonio de Moraes Barros, Acervo Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A ortografia original foi atualizada pelos autores.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

Foi neste recinto repleto de lembranças familiares que Prudente de Moraes passou os últimos dias de vida.<sup>5</sup> Ali advogou, recebeu visitas de amigos, do genro e admirador João Sampaio e de familiares próximos.

O imóvel pertenceu a família de Prudente de Moraes até 1940, quando foi vendido para a Prefeitura de Piracicaba e passou a abrigar o Grupo Escolar “Prudente de Moraes”. Em 1942, a Prefeitura Municipal permutou o imóvel com outro pertencente ao Estado de São Paulo e, logo depois, o prédio foi transformado em Sede da Delegacia de Ensino. No ano de 1957, tornou-se sede do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”.

A citação que transcrevemos, embora bastante longa, foi apresentada na íntegra para termos contato com, pelo menos, alguma lembrança familiar particularizada relacionada a este bem. Como apresenta Icléia Thiesen, uma memória institucional é produzida e reproduzida nos registros que integram diferentes arquivos; são informações fragmentadas que podem, a qualquer tempo, de acordo com o seu grau de organicidade e de recuperabilidade, ser utilizadas como elemento identificatório; informações que imprimem significados de um documento-verdade, atingindo o imaginário social (THIESEN, 2006). “A memória então conserva as informações que vão sendo retidas num processo de seleção. [...] Nesse sentido, as informações retidas, que passaram pelo filtro individual (que é também social) são organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico” (COSTA, 1997, p. 124 apud THIESEN, 2006).

Como veremos nas considerações seguintes, essa vivência, essas experiências, essas memórias permaneceram invisíveis nos processos de transformação desse imóvel em “lugar de memória”. Embora nos digam muito sobre relações pessoais, sobre a personagem que foi o fio condutor para valorização do imóvel, tais particularidades não foram consideradas um referencial, um pano de fundo para tentativa de construção de uma memória nacional. Nas duas propostas que apresentamos de eleição desse bem como suporte para memória, o que prevaleceu foram as relações, vivências e atuação de

---

<sup>5</sup> Prudente de Moraes morreu de tuberculose em 3 de dezembro de 1902, doença que há muitos anos o incomodava.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

Prudente de Moraes no espaço público, como homem público e não as características ou memórias de sua vida privada.

Dessa forma, nos atentaremos agora ao que foi considerado para que este imóvel se tornasse um suporte para a memória nacional/oficial: o papel de Prudente de Moraes na História da Nação.

A personagem Prudente de Moraes nasceu em Itu, a 4 de outubro de 1841.<sup>6</sup> Estudou no Colégio Ituano e, desde 1857, no Colégio São José, em São Paulo. Ingressou na Academia de Direito de São Paulo, no Largo São Francisco, em 1859, e formou-se bacharel no ano de 1863.<sup>7</sup> Em 1864 retornou a Piracicaba, abriu seu escritório de advocacia e começou a articular suas parcerias políticas, com o apoio do seu irmão Manoel de Moraes Barros.

Entre os anos de 1865 e 1868, foi vereador e presidente da Câmara de Piracicaba. Nos anos de 1868-1869, 1878-1879, 1882-1883 e 1888-1889 atuou como Deputado Provincial e, já em 1885, foi eleito Deputado Geral. Em 1876, abandonou efetivamente o Partido Liberal (PL) e filiou-se ao Partido Republicano Paulista (PRP). Em 1889, após a Proclamação da República, foi nomeado Governador do Estado de São Paulo pelo Marechal Deodoro da Fonseca. No ano de 1890 foi eleito Senador Provincial, candidatou-se à Presidência, mas foi vencido pelo Marechal Deodoro da Fonseca. No ano seguinte, presidiu a sessão para promulgação da Constituição Republicana (24/02/1891) e entre 1892-1893, foi eleito e reeleito vice-presidente do Senado. Em 1894 foi eleito o primeiro Presidente Civil da República dos Estados Unidos do Brasil.

---

<sup>6</sup> Desde 1858, sua mãe, padrasto e irmãos fixaram residência em Piracicaba, na época denominada Constituição.

<sup>7</sup> Durante o período que esteve em São Paulo, foi integrante da sociedade secreta conhecida como Bucha e participou da fundação do Clube Radical Paulista, junto com Bernardino de Campos, Francisco Glicério, Campos Sales e outros. A *Burschenschaft* paulista, ou simplesmente Bucha, fundada em 1831, era uma sociedade secreta e filantrópica que servia de captação para a maçonaria – a maioria dos integrantes da Bucha acabou integrada à Maçonaria. Muitos dos integrantes da Bucha tornaram-se homens de relevância na história brasileira, destacando-se como artistas e políticos respeitáveis, muitos se tornaram inclusive presidentes da República (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 46-58).



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

No momento em que assumiu o Governo Federal, o país enfrentava alguns conflitos políticos, entre eles, a Revolução Federalista (1893 – 1895).<sup>8</sup> Desde que ingressou no governo, Prudente de Moraes lutou para acabar com o conflito no Rio Grande do Sul e, em função das suas ações para garantir o restabelecimento da paz na região, foi apelidado de *Pacificador*. Muito diferente foi a sua atuação contra os jagunços na Campanha de Canudos (1896-1897)<sup>9</sup>, na Bahia, o que resultou em muitas críticas por conta da violenta repressão. Enquanto frente à Revolução Federalista, de caráter elitista, foi um pacificador, perante o conflito popular no Arraial de Canudos agiu com medidas drásticas, fortes e avassaladoras.

Um mês após o término do conflito em Canudos, em 5 de novembro de 1897, Prudente de Moraes, ao recepcionar os combatentes que retornavam da Bahia, foi alvo de uma tentativa de golpe. Este atentado contra a sua vida foi um ponto de inflexão fundamental para a elevação da sua popularidade, para a divulgação da República e dos seus inimigos, que passaram a ser considerados também desafetos da República brasileira e da nação.

Em 15 de novembro de 1898 deixou a presidência, retornou à Piracicaba, voltou a exercer sua profissão de advogado e, mesmo sem possuir um cargo público, não deixou de se envolver nos assuntos da política nacional, estadual e municipal. A sua última contribuição para o cenário político foi através da estruturação das bases do Partido Republicano Dissidente. Em 8 de setembro de 1901, Prudente de Moraes e mais 29

---

<sup>8</sup> A Revolução Federalista, em linhas gerais, começou a ser configurada no Rio Grande do Sul, logo após a Proclamação da República, por dois partidos políticos que disputavam o poder estadual: o Partido Federalista (PF), composto por integrantes contrários ao governo de Júlio de Castilhos e defensores de uma maior autonomia para os estados, e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRP), favorável ao republicanismo positivista e que apoiava de Júlio de Castilhos. O conflito entre estes dois grupos eclodiu quando o governo federal, presidido pelo Marechal Floriano Peixoto, impôs o governo de Júlio de Castilhos ao Rio Grande do Sul.

<sup>9</sup> A Campanha de Canudos, no interior da Bahia, começou em 1896 devido ao descontentamento de seus moradores com relação à crise econômica e social que assolava a região. Em torno do beato Antonio Conselheiro, que acreditava ter sido enviado por Deus para eliminar com as injustiças sociais e com os pecados trazidos pela República (casamento civil e cobrança de impostos), um grupo começou a atuar para atingir seus objetivos que visavam a melhoria social e moral no país.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

dissidentes publicaram no jornal *O Estado de São Paulo* um manifesto com o título “Os republicanos de São Paulo”. O lançamento desse novo partido foi anunciado através do “Manifesto político – aos concidadãos”, publicado também pelo mesmo jornal, em 06 de novembro de 1901 (LOPREATO, 2000, p. 206).

Um republicano paulista. Este é o primeiro fio condutor para eleição de sua residência como “lugar de memória” de reconhecimento estadual, através da criação do Museu Histórico e Pedagógico (MPH) “Prudente de Moraes”. A rede de museus históricos e pedagógicos foi construída no Estado de São Paulo, entre os anos de 1956 e 1973, tendo como principal pensador e agente Vinício Stein Campos. Uma das principais propostas de Stein era preservar a história das cidades e de seus patronos.<sup>10</sup> No entanto, além do propósito de trabalhar o binômio patrono-cidade, havia na construção de alguns MHPs outro objetivo, a construção de espaços específicos para preservação da memória dos quatro Presidentes da República que foram republicanos e paulistas: Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906) e Washington Luís (1926-1930). Nesse sentido, a fundação desses museus atenderia a outros propósitos: cultivar o período republicano e destacar a importância do estado de São Paulo na História do Brasil. Através desses interesses estava a ideia da construção de um imaginário paulista, que sobrevalorizasse o estado de São Paulo por meio da atuação de alguns políticos no cenário nacional (MISAN, 2008).

Para escolha dos prédios que seriam sede destes MHPs, Stein priorizava edifícios com valor histórico e, quando possível, que tivessem relação direta com os seus patronos. Após a abertura dos museus, agia direta ou indiretamente para que estes prédios fossem tombados pelos órgãos preservacionistas. Tais premissas - a escolha do prédio e frente

---

<sup>10</sup> Vinício Stein Campos (1908 – 1990) diplomou-se em Pedagogia, em 1932, em Santa Bárbara d'Oeste, onde lançou o seminário *O Constitucionalista*. Foi sócio do IHGSP (1952-1990), diretor da Divisão de Museus, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Governo do Estado de São Paulo, conselheiro do Condephaat e membro da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, do Atheneu Paulista de História e do Centro de Ciências, Letras e Artes e da Academia Campinense de Letras; também autor de *Elementos de Museologia* (MISAN, 2008).



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

para tombamento -, couberam adequadamente ao imóvel onde foi instalado o MHP de Piracicaba (MISAN, 2008).

Nessas evidências, podemos seguir para o segundo ponto de nossas considerações, que é o reconhecimento desse bem como “lugar de memória” por meio de sua patrimonialização, justificada pela eleição da trajetória política dessa personagem em detrimento das características arquitetônicas do imóvel, visto que um dos critérios de valor estabelecido pelos órgãos de preservação é o arquitetônico. Nessas instituições havia predominância de arquitetos envolvidos no processo de seleção e definição dos bens de interesse para preservação e que os encaminhamentos e justificativas eram, em sua maioria, construídos com base no campo de domínio desses profissionais. Portanto, na maioria dos casos, os suportes de memória estavam vinculados aos itens que denotassem a importância de determinados bens como pontos de referência para observação dos processos de transformação construtiva ao longo dos tempos. Ou seja, os itens selecionados deveriam atender aos intentos de preservar bens que poderiam ser enquadrados devido ao seu excepcional valor arquitetônico; pela sua unicidade e excepcionalidade perante os demais.

Na década de 1960 os agentes preservacionistas do IPHAN e CONDEPHAAT, Luiz Saia e Carlos Lemos respectivamente, analisaram a antiga residência de Prudente de Moraes levando em consideração o seu valor histórico, uma vez que não reconheciam este bem como possuidor de excepcional valor arquitetônico mediante os critérios e recortes estilístico e temporal estabelecidos por cada uma das instituições.

Em parecer referente à possibilidade de tombamento das residências de Prudente de Moraes e Rodrigues Alves, Luiz Saia analisa:

Conquanto a tradição de terem os citados presidentes residido nesses edifícios pareça verossímil, se afigura aventurosa à DPHAN aceitar, sem maior exame e mais aprofundada confirmação, uma informação tão sujeita a distorções. Especialmente nesse caso, de ser esse o fundamento principal senão exclusivo da iniciativa do tombamento.

Na verdade, do ponto de vista exclusivamente arquitetônico, as residências em pauta nem são exemplares muito significativos da sua



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

época – último quartel do século passado – nem estão em situação de fácil recomposição ou restauração. [...] A edificação indicada como antiga residência de Prudente de Moraes, em Piracicaba, acomoda uma Delegacia de Ensino, sediada nesta cidade e foi atingida por diferentes reformas: internamente pisos e forros foram refeitos, externamente várias construções utilitárias, garagem, oficina, arquivo, etc., lotaram terreno disponível. Trata-se, entretanto, de um próprio do Estado, o que lhe confere uma condição favorável a tombamento. Luiz Saia (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de Tombamento nº 714, 1963: fl. 018-020).

Para Carlos Lemos,

A residência de Prudente de Moraes construída, em 1870, é um documento de certo interesse, embora não tenha qualidades maiores que o remetam ao rol, ou listagem, dos exemplares urbanos de grande valor artístico ou arquitetônico do ciclo do café. [...] Finalizando, somos a favor do tombamento do citado imóvel, lembrando, porém, que devem prevalecer as razões históricas sobre as arquitetônicas, pois Prudente de Moraes foi um grande brasileiro, ótimo político e medíocre arquiteto, pelo visto (CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de Tombamento nº 07861, 1969: fl. 10-11).

Quais os motivos que levaram esses dois arquitetos, de grande renome no cenário nacional a, supostamente, reconhecerem este bem imóvel como item para preservação? De certo, o fato de Prudente de Moraes ter sido Presidente da República impulsionou as justificativas para esta ação. Se a preservação da memória social e sua transformação em memória coletiva/nacional requer, para que seja garantida sua credibilidade e legitimidade, acordos e consensos, precisamos, pois, compreender o que motivou tal ação no caso que avaliamos.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

Durante o exame da patrimonialização desse bem pelos órgãos federal e estadual, notamos que o grande articulador para que a memória de Prudente de Moraes fosse preservada e para que sua antiga residência fosse transformada em suporte de memória para vários grupos foi Vinício Stein Campos. Para isso, analisamos detidamente os processos de tombamento elaborados pelo IPHAN e CONDEPHAAT. Assim, o que estava por trás dessa ação, as articulações e os jogos de poder pôde ser identificado pelo que foi materialmente registrado nos autos desses processos.

Desde a solicitação para a abertura dos referidos processos de tombamento, a justificativa dos solicitantes estava embasada no interesse de preservar o imóvel frente à importância de Prudente de Moraes no cenário político tanto federal quanto estadual.

No IPHAN, a solicitação para abertura do processo foi encaminhada pelo Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”, via Secretaria de Estado dos Negócios da Educação/Delegacia do Ensino Elementar de Piracicaba. O agente responsável foi Oswaldo Elias, então diretor do Museu, que encaminhou o pedido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), especificamente para o diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 22 de abril de 1963.

Consideramos da mais alta relevância esta proposta porquanto o aludido prédio foi residência de Prudente de Moraes, um dos mais insígnis homens públicos que nossa história registra, patrono do museu. Se o mesmo vir a constituir o acervo do patrimônio Histórico, medidas paralelas de restauração e conservação serão tomadas. O governo do Estado promoveu uma reforma do mesmo visando mais sua funcionalidade como sede de repartição pública do que como objeto de alta significação histórica, fazendo alterações de várias ordens que desvirtualizaram suas características próprias (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de Tombamento nº 714, 1963: fl. 001).

O autor do pedido ainda mencionou que tomou esta iniciativa por sugestão de Vinício Stein Campos, que como apresentou na solicitação era seu amigo e de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em 01 de julho de 1964, o Cel. Luiz Tenório de Brito, secretário



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encaminhou o seguinte requerimento a Rodrigo M. F. de Andrade:

Senhor Diretor

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo acolhendo a proposta do consórcio Vinício Stein Campos, em sessão plenária de 6 do corrente, representa a essa digna Diretoria no sentido de ser providenciado, com urgência que o caso requer, o tombo do prédio onde sempre residiu e veio a falecer o Presidente Prudente de Moraes e que deverá ser conservado como monumento histórico brasileiro, na forma prevista pela legislação vigente (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de Tombamento n° 714, 1963: fl. 004).

José Salvador Julianelli, chefe da Casa Civil do Governo do estado de São Paulo, enviou em julho de 1966 a reiteração do pedido efetuado pelo IHGSP para o tombamento dos imóveis de Prudente de Moraes e do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906 e de 1918-1922), em Guaratinguetá, nos seguintes termos:

A preservação desses imóveis, senhor diretor, de indiscutível interesse nacional pelo valor que encerram como valiosas relíquias do passado histórico brasileiro, é medida que precisa ser desde logo adotada pela administração federal, nos termos da legislação que estabeleceu a proteção do nosso documentário histórico, a fim de que não destrua de todo o desfalcado parque dos monumentos nacionais neste estado.

Isto posto, é o presente para reiterar a solicitação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a fim de que chegue a desfecho satisfatório o processo de conservação dos referidos imóveis e se restaure neles o ambiente em que viveram as eminentes figuras do passado republicano nacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de Tombamento n° 714, 1963: fl. 012).



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

A abertura do processo no CONDEPHAAT foi requerida pelo conselheiro Vinício Stein Campos, em 15 de janeiro de 1969, tendo sido aprovada pelo Conselho deste órgão. Para registro desta decisão do Conselho Consultivo, Vinício Stein Campos encaminhou à Lucia Piza F. M. Falkenberg, presidente do CONDEPHAAT, o seguinte comunicado em 05 de fevereiro de 1969.

Senhora Presidente

De conformidade com a resolução do Conselho de 15 de janeiro último, adotada por unanimidade como consta da respectiva ata, tenho a honra de propor o tombamento da casa de Prudente de Moraes, em Piracicaba, transferida para a Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo a fim de servir de sede do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”.

O referido prédio, construído pelo notável brasileiro para sua residência, que aí sempre viveu e aonde veio a falecer, é um indiscutível monumento histórico paulista cuja conservação se impõe, tanto pela origem do belo edifício como pela sua destinação, evocativa da vida e da ação pública do imortal brasileiro.

Nestes termos, requero a abertura do respectivo processo de tombamento com o seguimento das medidas legais para a sua efetivação no menor prazo (CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de Tombamento nº 07861, 1969: fl. 2).

Quando verificamos a atuação de Vinício Stein Campos e todas as suas articulações para que a antiga residência de Prudente de Moraes fosse transformada em “lugar de memória”, em lugar de representatividade nacional, conseguimos ter contato com um exemplo bastante interessante dos percursos de memórias individuais, sociais e coletivas/nacionais.

Podemos dizer que Vinício Stein Campos foi um profissional voltado para a preservação da memória, não somente pelo cargo que assumia na Divisão de Museus do Estado de São Paulo nem tampouco por ser conselheiro do CONDEPHAAT. Mas pela



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

forma como atuou para garantir um lugar de visibilidade para os objetos que, para ele, mereceriam tornarem-se itens de importância nacional. Assim, pudemos comprovar que, mesmo quando atuava no CONDEPHAAT e poderia acelerar o processo de tombamento da antiga residência de Prudente de Moraes, esse conselheiro - que tinha explicitamente o interesse sobre tombamento do referido imóvel – prezou pela adequada instrução dos autos deste processo. Isso porque, pelo que pudemos verificar, tinha consciência de que a legalidade e posterior legitimidade e credibilidade de um ato só existem e permanecem quando são apresentadas as justificativas e embasamentos que sustentaram determinada ação. Outro viés fundamental diz respeito à forma como esse agente articulou diferentes forças políticas e técnicas para atingir seu intuito de estruturar um corpo de intenções e justificativas, advindas de espaços de diferentes representatividades sociais. Por fim, esse exemplo também nos coloca frente à necessidade do reconhecimento das memórias em diferentes âmbitos para garantir sua preservação, para que no processo de transformação de memórias socializadas seja selecionado um referencial que, efetivamente, possa tornar-se um elo de coesão e identificação em âmbito nacional.

Como apresenta Pollak,

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas ou inaudíveis é a sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda a memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar uma simples “montagem” ideológica, por definição precária e frágil (POLLAK, 1989, p. 9).

Dessa forma, atentamos para a importância de analisar os discursos político, administrativo e jurídico que permeiam as ações de seleção e demarcação dos “lugares de memória”. Os discursos que seguem regras próprias para trabalhar com espaços



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

heterogêneos que, em muitos casos, já foram criados e fundamentados, mas que aguardam um espaço público de representação, onde possam ser evocadas tanto as lembranças pretendidas quanto as que permanecem silenciosas e que ainda não são visíveis nem ouvidas. Assim, como apresenta Certeau,

A diferença que define todo lugar não é da ordem de uma justaposição, mas tem a forma de estratos imbricados. São inúmeros os elementos exibidos sobre a mesma superfície; oferecem-se à análise; formam uma superfície tratável. [...] O lugar é um palimpsesto. A análise erudita só conhece o seu texto final; e ainda é para ela apenas o efeito de suas decisões epistemológicas, de seus critérios e de seus objetivos. Não é de se espantar que as operações concebidas em função dessa reconstituição um caráter “fictício” e devam menos o seu sucesso (provisório?) a sua perspicácia que a seu poder de esmagar a compleição desses jogos entre forças e tempos confusos (CERTEAU, 1994, p. 309 - 310).

### **Considerações finais**

Nosso objetivo nesta comunicação foi mostrar os caminhos percorridos por diferentes frentes preservacionistas para que a antiga residência de Prudente de Moraes fosse transformada em “lugar de memória”, como lócus de reconhecimento nacional. O fato de o prédio já ter sido utilizado para instalação de um museu em homenagem à memória de seu patrono e da cidade de Piracicaba, não garantiu que recebesse a mesma consideração, por exemplo, perante o IPHAN. Muitas outras solicitações e informações tiveram que ser apresentadas e arroladas nos autos dos processos de patrimonialização para que o imóvel tivesse sua vinculação com uma personagem de relevância para história nacional. Os elementos de vinculação com a tradição local, embora mostrados como possivelmente verossímeis, não foram considerados pela dificuldade de comprovação ou mesmo construção de provas que denotassem sua veracidade. Portanto, não puderam ser arrolados nos autos desses processos.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

Essas ações direcionadas à valorização e constituição de bens patrimoniais têm um caráter relativo e operam com memórias pré-determinadas. É certo que muitos elementos e valores que não são elencados em um processo de tombamento, permanecem na sombra, no esquecimento. No entanto, é necessário, ao menos, criarmos alguns espaços de visibilidade para que esses silenciamentos possam ser identificados e, posteriormente, evocados. Por essa perspectiva, passamos a dar importância aos critérios e aos discursos que justificam a forma como foram articulados diálogos, interesses sociais e provas materiais ou materializadas para a instituição de “lugares de memórias”.

A ideia de preservação da memória de alguns fatos ou da manutenção de objetos - que possam ser considerados sustentáculos para a memória - é uma construção histórica, social, institucional que existe somente porque em dados momentos foram produzidos registros que explicitaram a importância destes bens para uma sociedade; recurso indispensável para garantir a preservação tanto física quanto valorativa das coisas institucionalmente. Ou seja, é necessário, inicialmente, que haja vontade de memória – a vontade de lembrar e perpetuar lembranças - para que se estabeleçam esses jogos de poder e interesses; jogos entre a história e a memória, entre o visto e o não-visto, o evocado e o silenciado.

As ações, memórias individuais e os objetos, em sua identidade própria, não são os elementos considerados de interesse para preservação. O que torna um objeto de interesse para preservação são os elementos que, ao longo dos tempos, fizeram com que ele se tornasse ponto de referência para uma sociedade; um ponto de referência que não emergiu aleatória ou arbitrariamente, mas que pode ser visto como resultado de acordos e ações, conscientes ou inconscientes, que se fundamentaram em diferentes teias de interação.

Essas questões ajudam-nos a olharmos de forma diferenciada para a constituição dos “lugares de memória”, tratando-a como uma prática possível e existente somente por meio da materialização de informações, valores e funções que são encontradas ou que se pretende atribuir aos bens para elegê-los como suportes para a memória. É somente pela forma como os elementos de informação e os valores são registrados, em documentos



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

burocráticos e institucionais, que podemos pensar nos “lugares de memória” institucionalizados, na preservação de uma memória oficial e na manutenção de pontos de referência em dadas sociedades e momentos históricos.

“Lugares de memória” existem por uma intencionalidade, por meio de uma seleção de lembranças que se pretende enquadrar em um lugar definido. Dessa forma, a própria definição e institucionalização de “lugares de memória” já pré-determina a relação com os espaços e as memórias que passam a se tornar foco de preservação, patrimonialização e divulgação. Esses lugares servem, portanto, ao interesse de se constituir uma memória prótese, uma memória auxiliar, em substituição a uma memória espontânea; uma memória que não se dá mais no interior dos indivíduos, mas fora deles. Todavia, se ampliarmos essa visão e passarmos a reconhecer que os “lugares de memória” podem vir a ser espaços, ambientes de memória, lançamos o pensamento de que por meio das circunstancialidades advindas de ações institucionais é possível a construção de novas significações. Quando um “lugar de memória” é fruto da vontade de memória e decorrência das ações de diferentes atores sociais, este pode tornar-se um espaço praticado, um espaço de apropriações e engatilhamento de lembranças e memórias de diferentes naturezas. Os “lugares de memórias” enquadradas, organizadas e reconhecidas institucionalmente podem abrir precedentes para espaços e ambientes diversificados de vivências, memórias e (re)significações. Esses lugares podem ser compreendidos como um caleidoscópio de visibilidades e identificações emergentes e/ou ocultas.

**Abstract:** This communication about the importance of manifestation and embodiment of institutional memory for its preservation, since it is only possible to preserve storage media, of tangible evidence. In the field of historiography, philosophy and sociology, many discussions are against the establishment of "places of memory", including the inevitable necessity of manifestation and materialization of memory on media for their effective preservation. In that sense, this paper focuses on the creation of "places of memory" institutional actions directed against the recognition and processing of social memories in the collective memory / national. Our main objective is to monitor the processes and pathways that allowed the organization of memories and the selection of places like props for preservation and identification of a national memory. For this, we will present some views and contextualization of the notion of memory (individual, social, collective / national) and "places of memory"; the relationship between memory and information, memory and history, memory and forgetting,. Finally, we present an analysis of two actions aimed at transforming the former residence of Prudente de Moraes, Brazil's first civilian president in "places



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

of memory". So with the choice of this path we see the need for skills and expertise to look at and treat the elements of culture, where the aim is to ensure actions to recognize and inter-relate the wills of memory with the objects selected for their supports. We conclude that a "site of memory" is the result of will and memory due to actions, often authoritarian. However, even as a result of categorical frameworks, externalizing and processing of individual memory may open earlier for new spaces and environments of diverse experiences, memories and (re) signification emerge.

**Keywords:** Memory and Information. Places of Memory. Processes Documentaries. President Prudente de Moraes.

### Referências

- ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX**. Dissertação, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro/RJ, 2005. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/bachareis.pdf>>. Acesso em: maio de 2009.
- BARRETO, A. de. Os Agregados de informação - Memórias, esquecimento e estoques de informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 3, jun. 2000. Disponível em: <[http://dgz.org.br/jun00/F\\_I\\_art.htm](http://dgz.org.br/jun00/F_I_art.htm)>. Acesso em: 14 set. 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de Tombamento nº 07861, São Paulo, 1969.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DODEBEI, V. Novos meios de memória: livro e leitura na época dos weblogs. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, ISSN 1518-2924, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11474>>. Acesso em: 14 set. 2010.
- DODEBEI, V. Patrimônio e memória digital. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 4, n. 8, 2006. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero08-2006/veradodebei.htm>>. Acesso em: 14 set. 2010.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

DODEBEI, V.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 5, out. 2008. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out08/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/out08/F_I_art.htm)>. Acesso em: 14 set. 2010.

ELIAS NETTO, Cecílio. Prudente de Moraes: vida, paixão e morte. **Memorial de Piracicaba - Almanaque 2002-2003 (fascículos 1-7)**, 2002. Disponível em: <[www.aprovincia.com](http://www.aprovincia.com)> Acesso em: abril 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de Tombamento nº 714, Rio de Janeiro, 1963.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

MISAN, Simona. Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, vol. 16, n. 2, jul/dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000200006&script=s\\_ci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000200006&script=s_ci_arttext)>. Acesso em: abril de 2009.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A Ciência da Informação: Memória e Esquecimento. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/dez08/Art\\_02.ht](http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.ht). Acesso em: 14 set. 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. in: **Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1993.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Construindo conhecimento através do espaço sindical francês: um olhar sobre a informação e o papel do arquivo junto a uma política de memória militante. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 120-132, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a09v14nspe.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2010.



## XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da  
informação

*Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010*

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos da Memória em terras da História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e res(sentimento): indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

THIESEN, Icléia. Informação, Memória e História: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/325/38>. Acesso em: 14 set. 2010.

THIESEN, Icléia. Informação identificatória, memória institucional e conhecimento – Isabel Jacintha da Silva, de cativa à prisioneira na Casa de Correção da Corte. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v.10, n.3, jun/09. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/jun09/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/jun09/Art_01.htm)>. Acesso em: 14 set. 2010.